

Evento	Reunião do Comitê Gestor Regional da Inovação
Data	9/2/2023
Horário	11h20
Local	Híbrida – Sala de Reuniões da Presidência e Google Meet
Presentes	<p>I – Samuel Hugo Lima, Desembargador Presidente do Tribunal e Coordenador; II – José Otávio de Souza Ferreira, Desembargador Vice-Presidente Administrativo; III – João Alberto Alves Machado, Desembargador Vice-Presidente Judicial; IV – Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, Desembargadora Corregedora Regional; V – Carlos Alberto Bosco, Desembargador Diretor da Escola Judicial; VI – Daniela Macia Ferraz Giannini, Juíza Auxiliar da Presidência; VII – Flávio Landi, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa; VIII – Guilherme Guimarães Feliciano, Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Judicial; IX – Carlos Eduardo Oliveira Dias, Juiz Auxiliar da Corregedoria; X – Ana Claudia Pires Ferreira de Lima, Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Bauru; XI - Mariana Cavarra Bortolon Varejão, Juíza Substituta; XII – Simone Möller Arruda, Secretária-Geral da Presidência Substituta; XIII – Paulo Eduardo de Almeida, Secretário-Geral Judiciário; XIV – Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, Diretor-Geral; XV – Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações; XVI – Lara de Paula Jorge, servidora de 2º grau indicada pela Presidência. XVII - Viviana Xavier Geraldo Sardin, servidora de 1º grau indicada pela Presidência; XVIII – Patricia Luchi Pesce, Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.</p>
Ausências justificadas	<p>– Antonia Regina Tancini Pestana, Desembargadora Ouvidora; – Marcelo Garcia Nunes, Desembargador indicado pela Presidência; – Adriana Martorano Amaral Corsetti, Secretária-Geral da Presidência.</p>
Pauta / Assuntos	<ol style="list-style-type: none">1. Boas-vindas do Presidente;2. Laboratórios de Inovação - Panorama geral;3. Plano de Ação – validação/adequação;4. Proposta de contratação de Assessoria - implantação da Cultura de Inovação;5. Assuntos gerais.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal e Coordenador do Comitê Gestor Regional da Inovação, Samuel Hugo Lima, cumprimentou e agradeceu a todos pela participação.

1. Boas-vindas do Presidente:

Foram dadas as boas-vindas pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente às iniciativas do Comitê e do Laboratório de Inovação.

Começou a reunião argumentando que, se pedíssemos para alguém do povo associar a Justiça a algum animal, talvez a imagem trazida fosse a de um mastodonte - grande e antiquado. Isso porque ainda se carrega uma visão antiquada da Justiça, com falas diferentes e rebuscadas e vestes tradicionais. Argumentou que é necessário reconhecer que temos receio da inovação. Para exemplificar, citou o ocorrido com a chegada do PJe. Servidores resistentes e receosos que, com o breve passar do tempo e a adaptação, perceberam sua alta relevância.

O objetivo deste grupo, portanto, segundo o Excelentíssimo Desembargador Presidente, é trazer a inovação, é dar um passo adiante. Para tanto, deve-se começar aos poucos e atingir depois grandes metas.

Afirmou ainda que aposta no projeto e, com alegria e entusiasmo, declarou aberto o Laboratório de Inovação.

2. Laboratórios de Inovação - Panorama geral:

A Excelentíssima Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora-Geral designada do Laboratório de Inovação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – LIODS/TRT15, Daniela Macia Ferraz Giannini, agradeceu ao Des. Samuel pela oportunidade de coordenação do LIODS/TRT15 e a cada um dos participantes, seja presencial e de forma remota. Falou do seu gosto pelo papel e pelos materiais impressos, o que, contudo, não a afasta da inovação.

Nesse sentido, a inovação apresenta-se como uma forma diferente e melhor de executar tarefas diárias, com os recursos disponíveis.

A Coordenadora-Geral exibiu um breve vídeo sobre os bastidores do filme “O menino que descobriu o vento” e teceu considerações sobre inovação, instigando os participantes a refletirem sobre o tema.

Dra. Daniela fez uma breve consideração sobre a ideia central do filme, argumentando que, com o apoio de todos os envolvidos, foi possível solucionar um problema, impactando positivamente na condição de vida daquela comunidade. E assim é com a inovação, a partir de um problema, envolver as pessoas que por ele são impactadas na construção de uma solução. Então, inovação não é somente tecnologia e envolve pensar diferente.

Ressaltou a fala de William Kamkwamba, autor da ideia do “moinho”, que resolveu o problema da falta de irrigação, trazendo benefícios para a comunidade em que vivia e cuja história foi relatada no filme apresentado. “Você não perde algo por falhar, perde por não tentar”.

Como Juíza, identifica a experiência de que, ao chegar em um local de trabalho diferente, a primeira reação já é dar a solução, porque os magistrados são treinados para pensar rapidamente numa solução para as situações.

Para instigar os participantes a relatarem suas experiências com inovação, a Juíza Daniela contou um pouco da sua experiência pessoal na Assessoria de Recurso de Revista e no Grupo Nacional de Internalização do e-Rec e outras melhorias na admissibilidade do Recurso de Revista. Observou que as soluções contemplaram tecnologia mas, acima de tudo, promoveram uma mudança de visão.

Dra. Rita compartilhou alguns projetos da Corregedoria Regional, que envolvem a inovação, partindo da escuta de juízes e servidores, como o Banco de Talentos, Escuta da 1ª Instância, Escutinha (projeto da escuta dos servidores antes das correições), Especializa/Equaliza e inteligência artificial (robô Quinzinho).

Dr. José Otávio ponderou que há muita burocracia para que um projeto seja expandido para outros Tribunais. Argumentou que este Comitê pode colaborar para que as boas ideias sejam difundidas e implementadas de forma mais rápida.

Dra. Rita noticiou a chegada de ofício do CNJ por meio do qual foi determinada a necessidade de migração para um sistema unificado de bens penhorados. Essa decisão coloca em risco todo o investimento já realizado no EXE15.

Dr. Carlos Eduardo esclareceu que a situação já foi levada ao conhecimento do CSJT.

Dr. José Otávio abordou as dificuldades enfrentadas com a perda de soluções regionais, pois alguns sistemas são permitidos apenas como ferramentas nacionais. Há um importante trabalho a ser desenvolvido junto aos Conselhos Nacionais.

Dr. João Alberto defendeu ser extremamente importante que o usuário seja ouvido.

Dra. Daniela observou que a ODS 16 fala em “Paz, Justiça e Instituições Eficazes” e reforçou que o escopo do nosso laboratório é exatamente buscar essas soluções eficazes. Agradeceu a colaboração e o compartilhamento das experiências de todos.

Na sequência, a Coordenadora de Segurança da Informação Institucional, Lara de Paula Jorge, para alinhamento de compreensões, passou a expor o contexto de criação dos laboratórios de inovação, no âmbito do Poder Judiciário.

Ponderou que cabe ao Comitê traçar as diretrizes de toda a política da inovação, no âmbito do Tribunal.

A Resolução CNJ 395/2021 estabeleceu que a política de gestão da inovação e os laboratórios de inovação devem ser instituídos por todos os órgãos do Poder Judiciário.

Apresentou a RenovaJud - Rede de Laboratórios de Inovação, que contempla informações sobre os laboratórios e inovações dos Tribunais e tem como proposta o compartilhamento de ideias, iniciativas, contato e aproximação dos Tribunais.

Lara afirmou que a inovação visa tratar de problemas complexos, assim considerados aqueles que contemplam muitas variáveis, de forma que a solução terá que considerá-las e ser construída conjuntamente.

O Laboratório, dessa forma, funciona como local de onde irão emanar as soluções no âmbito do Tribunal, mas também o responsável pelo fomento à disseminação da cultura de inovação.

Para ilustrar, trouxe uma frase da Coordenadora de Gestão do Conhecimento da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Camila Medeiros: “vivemos um período de mudança no Poder Público, temos instituições do século XIX, usando tecnologia do século XX, para resolver problemas do século XXI”.

Dr. José Otávio manifestou preocupação em verificar se já há o desenvolvimento de um determinado projeto em outro Tribunal, para não coincidir tema e mais de um Tribunal trabalhar na mesma coisa.

A partir dessa ponderação, a Dra. Daniela sugeriu inserir uma fase no fluxo de trabalho do Laboratório, a fim de estabelecer um filtro de pesquisa que identifique se há outro Tribunal trabalhando numa iniciativa semelhante, podendo aderir ou criar um novo projeto.

Dr. João Alberto sugeriu que periodicamente seja verificado se não há iniciativas de outros Tribunais que possam ser aproveitadas.

Paulo Almeida comentou que, no caso dos sistemas nacionais, há dificuldade com tamanhos diferentes dos Tribunais, complexidade das tarefas e obtenção de soluções que atendam a todos.

Dr. José Otávio ponderou ser necessário que o CNJ estabeleça algum tipo de modelo de gestão das demandas e soluções desenvolvidas por todos os Tribunais.

Lara acrescentou que a inovação contempla também uma mudança na forma como servidores e magistrados percebem os problemas do dia a dia, encarando-os como oportunidade de aperfeiçoamento e não mais como dificuldade. Porém, isso implica mudança de olhar, sendo então um desafio pensar em como fazer essa mudança ocorrer.

Dra. Rita asseverou que, pela experiência vivida com o projeto Especializa/Equaliza, a comunicação assume papel de altíssima relevância nessa mudança de olhar, trazendo um sentimento de pertencimento e colaboração.

Dra. Ana Claudia afirmou que os projetos da Corregedoria têm aproximado os servidores e os magistrados, com significativa sensação de pertencimento, unindo o Fórum Trabalhista. Propôs que seja avaliada a possibilidade de automação de algumas tarefas, como a caixa de prazo vencido, com a aplicação de um software.

Herbert cogitou se, no cenário sugerido pela Dra. Ana Claudia, seria mais interessante desenvolver um novo sistema com a inteligência necessária para atender às demandas dos usuários ou criar novas funcionalidades em um sistema que não atende às necessidades do usuário.

Dr. José Otávio avaliou que a resposta para a questão proposta por Herbert depende de fatores como custo, tempo e tamanho dos projetos.

Ante o adiantado da hora, os participantes deliberaram pela necessidade de passar a análise para o próximo tópico da pauta: Plano de Ação.

3. Plano de ação:

Lara esclareceu que a proposta é iniciar as atividades com oficinas *on-line*, viabilizando o início dos trabalhos do laboratório, independente da existência de um espaço físico próprio.

Lara explicou que o plano de ação pretende traçar as primeiras diretrizes até a implantação do laboratório físico, contemplando reuniões intermediárias do Comitê, para avaliação e eventuais ajustes. Apresentou as etapas previstas no cronograma.

Informou que a Comunicação Social já está trabalhando em uma campanha de comunicação que, dentre outras ações, contempla a proposta de um concurso para dar nome ao Laboratório. Dr. José Otávio e Dr. João Alberto complementaram a proposta, sugerindo que a campanha tenha também a possibilidade de recebimento de ideias para as primeiras demandas (problemas, sugestões ou soluções), com o viés da inovação, para o Laboratório.

Lara esclareceu que a proposta é, neste primeiro momento, contratar um laboratorista experiente que poderá coordenar oficinas para os primeiros problemas identificados, que guardem correspondência com a Agenda 2030. Com isso, os laboratoristas em formação de nosso Tribunal poderão aprender com a prática.

Viviana agradeceu a oportunidade de integrar o Comitê e refletiu que, na perspectiva da campanha de comunicação, é muito importante que se tenha cautela com a cultura. Lembrou o ensinamento de Peter Drucker: “A cultura devora a estratégia no café da manhã”. Então, propôs que juntamente da campanha seja verificado o atual estado das coisas no Tribunal. Se as pessoas sabem o que é inovação e sentem-se ouvidas e seguras para contribuir. Se a proposta é que o Tribunal torne-se uma organização inovadora, a comunicação precisa passar essa visão. Sugeriu que seja verificado qual é o estágio de segurança psicológica para que todos sintam-se parte do movimento.

Dr. João Alberto avaliou ser importante pensar na forma de fazer a pergunta e na empatia, gerando interesse e conhecimento sobre a importância da participação. Envolver as pessoas na formação e na participação.

Dra. Mariana comentou que pesquisou sobre o ambiente de laboratórios e que verificou a necessidade de transmitir a ideia de que há um ambiente seguro para contribuição com ideias e trazer problemas, sem obrigação de acertar. Acredita que este caminho poderá aproximar as pessoas e conectá-las com a proposta de desenvolvimento da cultura.

Paulo reforçou que a campanha precisa ter como premissa a disseminação da cultura da inovação.

Feitas essas colaborações, o Comitê aprovou o plano de ação, com a inclusão das sugestões apontadas nesta reunião no plano de ação e no desenvolvimento do fluxo de trabalho.

4. Proposta de contratação de Assessoria - implantação da Cultura de Inovação:

Dra. Daniela explicitou haver a necessidade de contratação de um facilitador para as primeiras oficinas, além do suporte profissional adequado para tratar da disseminação da cultura no Tribunal. Expôs que recebemos até o momento uma proposta de trabalho.

O Comitê deliberou que Lara fique responsável pelo levantamento de orçamentos e propostas, para eventual contratação de assessoria para a implantação pretendida.

Nada mais havendo a tratar, a Excelentíssima Juíza Coordenadora-Geral agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 13h.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce	Em	9/2/2023
Ata aprovada por	<ul style="list-style-type: none">- Desembargador Presidente e Coordenador do Comitê Gestor Regional de Inovação, Samuel Hugo Lima;- Juíza Coordenadora-Geral do Laboratório de Inovação, Daniela Macia Ferraz Giannini.	Em	15/2/2023